

Cidades.

Bebê ganha alta após queda O bebê de sete meses Nicolly Lopes Clementina, que despencou da varanda do segundo andar de casa em Aracruz, recebeu alta e já está em casa. *Página 9*

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

“Não atingiu os objetivos pactuados em prejuízo à população afetada”

TEXTO DO RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)



Dinheiro prometido para reconstrução das cidades, das estradas e das pontes não havia sido enviado até a conclusão de uma auditoria do Tribunal de Contas

DINHEIRO DA CHUVA ESTADO RECEBEU MENOS DE 10% DO PREVISTO

Verba do governo federal chegou a apenas 18 municípios

▀ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

O Estado recebeu menos de 10% dos recursos prometidos pelo governo federal para a reconstrução após a enchente de 2013. E isto aconteceu nove meses após as fortes chuvas que devastaram 55 cidades capixabas, expulsaram quase 60 mil de casa e mataram 24 pessoas.

A constatação é do Tribunal de Contas da União (TCU), que realizou uma auditoria no período de 5 de agosto e 3 de outubro do ano passado. O relatório aponta que, das 55 cidades que decretaram situação de emergência, apenas 18 tinham efetivamente recebido os recursos até o período da auditoria.

A elas foram destinadas R\$ 14.752.164,28. A União

havia prometido R\$ 152 milhões, sendo R\$ 72 milhões para a construção de moradias do Programa Minha Casa Minha Vida para os desabrigados; e mais R\$ 80 milhões para a reconstrução de infraestrutura urbana, viária e de pontes.

A situação já havia sido denunciada por A GAZETA em julho do ano passado. Na época, seis meses após a tragédia, mais de 25 cidades ainda aguardavam receber os recursos federais.

ACHADOS

A auditoria tem o objetivo de acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Na primeira fase – será realizada outra – foram selecionados os municípios que, até o início da avaliação, tinham à disposição um volume



Problema foi denunciado por A GAZETA em julho

mais representativo de recursos para ações de recuperação de infraestrutura.

Uma das constatações do relatório é de que houve ineficiência nas ações de reconstrução, causada também pela demora na liberação dos recursos. O que vai de encontro, segundo o documento, à legislação vigen-

te que propõe celeridade neste tipo de transferência.

Em média, a demora foi de pelo menos 98 dias, mas houve casos de até 190 dias. O que, segundo o texto do relatório, não atinge “os objetivos pactuados em prejuízo à população afetada”. Por outro lado, os municípios também demoraram a contratar as obras e não foram cobrados pela União a serem mais rápidos.

A auditoria verificou ainda que, até a realização dos trabalhos, ainda não se tinha resposta União sobre a construção de 2.389 casas, em 35 cidades, para os desabrigados. Os projetos foram enviados em março do ano passado pelo governo do Estado.



CONTINUA pág. 4

O QUE FOI ENCONTRADO

Recursos

▼ Enviados

Até o final da auditoria, em 3 de outubro do ano passado, foi enviado R\$ 14 milhões. A União havia prometido R\$ 152 milhões, sendo R\$ 72 milhões para casas para os desabrigados; e R\$ 80 milhões para a reconstrução

Cidades

▼ Poucas

Apenas 18 cidades, das 55 cidades que decretaram situação de emergência, tinham efetivamente recebido os recursos até o final auditoria

Demora

▼ Sem ação

Houve demora na

liberação dos recursos por parte da União, mas os municípios também demoraram para começar as obras ou mesmo fazer as licitações

Aluguel

▼ Social

Na Serra e em Colatina foram constatadas irregularidades no aluguel social, com mais de uma pessoa na família recebendo o benefício

Licitação

▼ Irregular

Em Colatina e Castelo houve indícios de irregularidades na licitação de empresas para fazer as obras